



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9943 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

Casos de censura na literatura infantil no Brasil

Camila Petrovitch - FAE - Faculdade de Educação da UFMG

Mônica Correia Baptista - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE MINAS GERAIS

Alessandra Latalisa de Sá - UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Casos de censura na literatura infantil no Brasil

Resumo: Este trabalho tem como objetivo classificar tipos de censura a livros de literatura infantil, ocorridos no Brasil, em diferentes períodos da história. A censura a livros não é uma prática recente, entretanto, nos últimos anos, ampliou-se a propagação de atos censores pela circulação mais rápida de informações, aliada à chamada "onda conservadora" e ao crescimento dos movimentos em defesa de grupos minoritários, que, combinados, vêm consagrando maior destaque ao tema do controle a livros infantis. Neste texto, recorre-se à história da literatura infantil, identificando concepções de criança e de infância, que influenciaram a censura às obras destinadas ao público infantil. Os casos são analisados a partir de três aspectos: forma, caráter e agente. A análise evidenciou que a censura baseia-se em uma concepção que subestima a criança, ao menosprezar suas capacidades de compreensão e interpretação das obras. Independentemente do censor, a pretensa necessidade de proteção aos mais pequenos é o que move a intenção e a prática de cercear a chegada dos livros infantis ao seu destinatário.

Palavras-chave: Educação Infantil; Literatura Infantil; Censura.

Considerações iniciais

Casos de censura a livros destinados a crianças têm sido relatados frequentemente pela mídia escrita e falada. Independentemente de o censor ser o Estado, a família, a escola ou a Igreja, uma pretensa necessidade de proteção, combinada à tendência de controle das crianças e de suas infâncias, se mostra cada vez mais evidente. Entretanto, como constata Baez (2004), essa não é uma prática recente: atos de censura ocorrem desde que os livros existem. Segundo o autor, o registro de casos de destruição de livros datam de aproximadamente 5.300 anos, que ainda comprovou que a "mão violenta do homem" tinha como grande motivação o desejo de aniquilar o pensamento livre. Segundo Macleod (1983), o Estado e demais instituições, baseando-se em uma concepção de que a criança é intelectualmente dependente, ao descobrir o alto potencial de influência sobre a sociedade que a literatura infantil possui, passaram a disputar seu controle.

Estes censores, apoiando-se em uma concepção que compreende a criança como um ser limitado, incompleto e incapaz, justificam suas medidas como um ato de proteção à inocência infantil. Ressaltam, nas crianças, aspectos como fragilidade, debilidade, pureza e incapacidade (PERES, 1997), e não suas potencialidades de compreensão, interpretação, suas vivências, interesses e desejos. Menosprezam sua aptidão de ter contato com temas que a sociedade, pela mão dos censores, julga como tabus, e determinam palavras ou imagens como sendo inadequadas para as crianças.

No Brasil, a trajetória da censura a livros remonta aos primeiros anos pós-colonização. Carneiro (2002) menciona em seu trabalho um índice de livros proibidos publicado em 1559. O documento revela uma tradicionalidade censora brasileira, expressão cunhada por Stephanou (2001). A literatura infantil surgiu no país entre os séculos XIX e XX com a implantação da Imprensa Régia, em 1808, que possibilitou as primeiras publicações de livros para crianças (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007). A partir da demanda de materiais escolares, "começaram a produzir livros infantis que tinham um endereço certo: o corpo discente das escolas igualmente reivindicadas como necessárias à consolidação do projeto de um Brasil moderno" (p. 27). Ou seja, a literatura infantil brasileira nasce comprometida com um viés escolarizado, com a finalidade de formar o caráter do cidadão brasileiro moderno. Esse modelo escolar exigia, em todas as manifestações artísticas da criança, exemplificação da ética, da moral e dos bons costumes.

Hoje, pesquisadores afirmam que o trabalho com a literatura infantil deve firmar-se pelo seu compromisso com a constituição de um leitor literário crítico, "que saiba escolher suas leituras, que aprecie construções e significações verbais de cunho artístico, que faça disso parte de seus fazeres e prazeres." (PAULINO, 2004, p. 56). Nessa perspectiva, para uma educação literária, incluindo a etapa de 0 a 6, é preciso abandonar a busca por um teor instrucional e pedagógico dos livros para a infância e concebê-los como arte, valorizando a metáfora e o simbólico como essenciais na produção literária. No tópico seguinte, apresentaremos a relação que se dá entre a censura e as concepções de infância e de criança.

Infâncias e crianças: por que é preciso censurar?

A análise da censura a obras destinadas à infância requer que tenhamos clareza tanto em relação às concepções de infância e de criança, quanto ao conceito de literatura infantil, a quem esses livros se destinam e quais visões se têm deles. Para Machado:

O que chamamos de literatura infantil pressupõe uma noção de infância e a compreensão de uma criança do tempo presente, ou seja, uma criança que vive a plenitude da sua condição, sem que se coloque como contraponto dessa condição o que ela virá a ser um dia no futuro. (MACHADO, 2012, p. 20).

A partir dessa compreensão fica evidente que se espera, do receptor dos livros infantis, a compreensão e a interpretação das narrativas. Entretanto, a visão que se tem das crianças não é unânime. Macleod (1983), ao descrever algumas concepções ao longo da história, mostra a pluralidade de noções acerca das crianças que conviveram em um mesmo período histórico e que, podemos dizer, ainda se fazem presentes. Das diferentes visões sobre as crianças e suas infâncias, Peter Hunt (2010), ao analisar a relação entre literatura e infância, identifica duas tensões. De um lado, setores da sociedade que acreditam que as crianças precisam ser protegidas dos autores de literatura infantil e, por outro lado, os autores que se sentem livres para escrever o que querem. Para Hunt, os primeiros vinculam-se a uma concepção prévia e padronizada da infância, em que não se vê potencial no sujeito, consideram os pequenos como seres incapazes, ingênuos, irracionais e intelectualmente dependentes dos adultos para sua formação. Os últimos rompem com uma concepção ideal e utópica das infâncias, transgredindo expectativas de conformidade e obediência. É com essa noção de criança que os autores de livros de qualidade parecem querer dialogar.

Na busca por compreender os olhares censores para o livro e o excesso de moralidade imposto na literatura infantil, é importante pontuarmos que toda publicação destinada às crianças sofre alguma censura: o autor adulto impõe a sua ideologia sobre a criança através da literatura infantil a partir do que ele julga como interessante (OITTINEN, 2000). Como afirma Hunt (2002), os adultos se sentem como guardiões do mundo infantil, definindo também o que seria adequado ou não para a criança ler e ouvir.

A fim de compreender a censura, consideramos importante desenvolver uma análise em três planos: forma, caráter e agente. Para isso, nos apoiamos nas formulações de Fromming (2014), Carneiro (2002) e Lima (2007) e construímos a seguinte categorização para as práticas de censura encontradas em nossa investigação:

1. Agentes censores – pessoas ou instituições que realizaram a prática de censura;
2. Tipo de instituição censora – classe da instituição responsável pela censura, podendo ser: governamental, editorial, organizacional, midiática, de investimento, escolar ou de grupos;
3. Caráter censor – natureza da censura, podendo ser de caráter moral (religioso, bons costumes, expressão sexual), de repulsa (morte, violência ou asco), de ideias (ideologia, política, caráter racial, de classe social, de gênero e de aura);
4. Forma de censura - como a censura se materializou ou que implicações a prática de censura requereu, podendo ser: preventiva, punitiva, autocensura, substitutiva (na tradução) ou denunciativa;
5. Justificativa: que argumentos foram empregados para alegar o ato de censura.

Apresentaremos a seguir dois exemplos de casos de censura para ilustrar a classificação acima e também compreender a Escola como parte dos censores segundo o tópico 02, *Tipo de instituição censora*.

A Escola como agente censor

A censura institucional pode partir de diferentes grupos com distintas razões, como indicamos na categorização. A Escola, como uma destas instituições, se faz presente no controle da literatura infantil desde que esta chegou no Brasil (LAJOLO, ZILBERMAN, 2007). Para exemplificar este controle, apresentaremos a seguir dois casos registrados que ilustram a censura exercida pela instituição escolar.

O primeiro caso de censura foi encontrado no texto da autora Zilberman (2016). Classificada como censura substitutiva, as escolas da Corte do Rio de Janeiro, em 1850, retiraram o livro *Fábulas* de Esopo [620 a.C.- 564 a.C.]/(2013), das salas de aula e o substituíram por *Thesouro dos meninos*, de Pierre Louis Blanchard [1809]/(1851). A substituição foi justificada pelo fato de que a segunda obra era pautada no moralismo, na instrução e com uma clara finalidade educativa, enquanto a primeira não se adequava a esses aspectos. *Thesouro dos meninos* é narrado em três partes: moral, virtude e civilidade, partes que atendiam aos preceitos de formação de “bons costumes” pretendidos pela Escola censora. O fato revela que a instituição tinha uma intencionalidade instrucional e de formação a partir dos livros de literatura inseridos em tal ambiente.

O segundo caso de censura aqui registrado ocorreu 168 anos depois, em março de 2018, com o livro *Omo-Oba: Histórias de Princesas*, de Kiusam de Oliveira. Encontramos o caso a partir da declaração da presidente da Câmara Mineira do Livro, Rosana Mont’Alverne. A Escola SESI, Unidade Volta Redonda (RJ), do Sistema Firjan recebeu reclamações de alguns pais de alunos a respeito do livro e, então, optou por substituí-lo. Em um *e-mail* da Coordenação Pedagógica para os pais a escola afirma que os livros seriam trocados, mas esclarece “que o título trata da cultura africana e que não tem cunho religioso.” (CÂMARA MINEIRA DO LIVRO, 2018). Em nota, Rosana declarou repúdio à decisão da escola de substituir o livro e defende:

O que a escola não deve fazer é aceitar “questionamentos de alguns pais” sem se dar o trabalho de reuni-los, apresentar e mediar a obra, explicar a importância e a motivação pedagógica de sua adoção e esclarecer a firme posição [...]. Não menos grave é o fato

de que a opinião de “alguns pais” se sobreponha ao trabalho de especialistas – pedagogos, professores, bibliotecários – qualificados ao longo de anos de estudos e pesquisas. (CÂMARA MINEIRA DO LIVRO, 2018)

Neste caso, apesar do controle à temática ter sido realizado pelas famílias, a escola conduziu a censura punitiva de forma institucionalizada. Analisando os dois casos é possível compreender que o caráter da censura pode variar, mas a Escola segue cumprindo um papel central na seleção dos livros que chegam nas mãos das crianças. No caso da Educação Infantil, é necessário compreender seu papel na construção das subjetividades infantis e no processo de formação dos pequenos leitores.

Considerações Finais

Tendo em vista o percurso da censura no Brasil e compreendendo o papel da escola neste processo, observamos que não se trata apenas de se permitir ou de se indicar a leitura ou não de algum livro, mas, em muitos casos, de se exigir sua retirada das instituições. Em relação às crianças, principalmente de 0 a 6, o censor adulto determina o que deve ser ou não apresentado a elas, baseando-se nas concepções que delas se tem.

A censura na literatura é apenas uma das ferramentas para exercer este controle sobre os pequenos. Segundo Hunt (2010, p. 172), ela se apresenta como uma forma de segregação dos leitores ao não oferecer a oportunidade de expandir suas ideias, “uma narrativa controladora reduz as possibilidades de interação e na última instância, mina o pensamento”. Uma literatura expansiva e visionária permite superar visões limitadas de adultos preocupados e inseguros para com as infâncias.

Sabendo o papel que a literatura infantil cumpre no imaginário e na formação de nossas subjetividades, é necessário que a Escola proporcione o encontro das crianças com a arte, e assim, oferecendo a elas espaço para formarem-se como leitoras interessadas e críticas. A escolha dos livros deve ser pautada em critérios de qualidade literária e também nas preferências infantis. Para que as crianças exerçam seu poder de escolha, elas precisam, desde bem pequenas, ir construindo um repertório literário amplo e diverso, cultivado a partir de suas vivências. Somente assim, poderão julgar e eleger o que querem ler.

Referências

BAEZ, F. **História universal da destruição dos livros: Das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. São Paulo. Ediouro, 2004.

BRASIL. Edital de Convocação para Inscrição de Obras de Literatura no Processo de Avaliação e Seleção para o Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE 2008. **Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica**, 2008.

CÂMARA MINEIRA DO LIVRO. **Até quando?**: pronunciamento oficial de Rosana Mont`Alverne Neto sobre o livro “Omo-oba: histórias de princesas” e a nota da FIRJAN. 2018.

CARNEIRO, M. L. T. **Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas**. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN; Fapesp, 2002.

FROMMING, S. **A influência da censura em seis traduções brasileiras dos contos dos irmãos Grimm no século XX**. 2014. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Estudos da tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

HUNT, P. **Crítica, Teoria e Literatura Infantil**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

- LAJOLO, M. ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. São Paulo: Editora Ática, 2007.
- LIMA, L. C. **Trilogia do controle**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.
- MACHADO, M. Z. V. A criança e a literatura. In: **A criança e a leitura literária: livros, espaços, mediações**. Curitiba: Positivo, 2012.
- MACLEOD, A. S. Censorship and Children's Literature. In: **The library quarterly**. Vol. 53, Nº 1., 1983.
- NODELMAN, P. **Somos mesmo todos censores?** São Paulo: Instituto Emília; Solisluna Editora, 2020.
- OITTINEN, R. **Translating for Children**. New York: Garland Publishing, Inc. 2000.
- PAULINO, G. Formação de leitores: a questão dos cânones literários. In: **Revista portuguesa de educação**. Vol. 14. N 1. Braga, Portugal. 2004.
- PERES, A. M. C. Desejando o livro: a essência da literatura infantil. In: PAULINO, G. (Org.). **O jogo do livro infantil**. Belo Horizonte: Dimensão, 1997.
- SOUZA, S. J. Infância e linguagem. In: **Ser criança na educação infantil: infância e linguagem**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2016.
- STEPHANOU, A. A.. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Coleção História – 44. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.
- ZILBERMAN, R. Leituras para a infância no século XIX brasileiro. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP**. São Paulo, 2016.